

MULHER E GÊNERO NA HISTÓRIA E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lená Medeiros de Menezes

Quando o agente canadense Gordon Moon aceitou trabalhar como polícia internacional das Nações Unidas na província sérvia de Kosovo, não tinha ideia de qual viria a ser sua tarefa [...] Nesse momento apareceu uma série de notícias muito graves. Os meios de comunicação local acusavam o comando da ONU de total indiferença diante das centenas de jovens eslavas que eram violadas diariamente nos bordes da província. Como resposta, o comandante chamou Moon e lhe deu luz verde para começar a trabalhar e intervir fortemente no caso. Isto constituiu a Unidade de Investigação do Tráfico e Prostituição (TIPU) (MALLARECK, 2005: 122-3).

Em livro dedicado à análise da chamada “quarta onda”¹ do tráfico de pessoas para exploração sexual, Mallareck, jornalista canadense, adentra os bastidores da ação das tropas de paz da ONU em Kosovo. Situando essa quarta onda em uma sucessão cujo início é colocado na década de 1970, o autor aborda um problema de duração muito mais longa, que, nos bastidores, acompanhou – e permanece acompanhando – os processos de mundialização, impondo - desde que ganhou visibilidade, em finais do século XIX - a atuação conjunta dos Estados envolvidos, deslocada, após o fim da Primeira Grande Guerra, para a esfera da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas.

¹ A “primeira onda” esteve constituída por mulheres provindas do sudeste da Ásia (tailandesas e filipinas, principalmente); a “segunda”, por africanas (de Gana e Nigéria, em especial); a “terceira” por latino-americanas (com destaque para Colômbia, Brasil e República Dominicana), a “quarta”, por mulheres do leste europeu, denominadas pelo autor de “natashas tristes” (MALLARECK, 2005: 241).

O tema, como expressão “marginal” nos estudos sobre mulher e gênero, demonstra o silêncio maior que envolve mulheres imersas no submundo, sujeitas à violência cotidiana e a formas requintadas de escravidão. Por tudo isso, o tema demonstra as muitas perspectivas possíveis para abordar a questão da mulher e os estudos de gênero, incluindo as Relações “Inter-nacionais”.

Para Halliday:

O crescimento de uma corrente feminista dentro da teoria política e social produziu análises com evidentes implicações para a teoria das relações internacionais. Estas incluem as críticas do poder e de sua simbolização em termos de gênero, assim como discussões das definições específicas de gênero da segurança, dos direitos e da autoridade. Os direitos humanos, por exemplo, tornaram-se uma questão muito mais relevante nas relações internacionais, à medida que adquiriram uma dimensão de gênero, são diretamente relevantes para a análise do papel dos Estados e dos outros atores em promover ou negar os direitos das mulheres. Isto ocorre na arena política mais ampla, assim como em áreas de maior disputa, como o casamento e a lei de família e contracepção e o aborto, as políticas para o emprego feminino e as respostas para o estupro e as outras formas de violência contra a mulher HALLIDAY, 2007: 167.

Segundo o autor, os debates principais dentro das Relações Internacionais giram em torno, em maior ou menor grau, de três dimensões principais e na “primazia de uma sobre a outra”. A saber: As relações entre os Estados, as relações não estatais ou relações transnacionais (através das fronteiras) e as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os principais componentes (HALLIDAY, 2007: 15). Por outro lado, segundo ele, quatro seriam as formas de dar relevo às questões de gênero nas RI. A primeira, “através do encontro do feminismo com a teoria das relações internacionais”; a segunda, “através do

reconhecimento crescente das consequências específicas de gênero de vários processos transnacionais”; a terceira “através da emergência das mulheres como atores distintos na cena internacional” e a quarta “através de uma crescente conscientização do componente de gênero nas questões de política externa” (HALLIDAY, 2007:175).

Dentre as possibilidades apontadas por Halliday, o tráfico de mulheres² pode ser inserido no amplo espectro das relações não estatais ou relações transnacionais, caracterizadas pelo cruzamento de fronteiras, inserindo-se, assim, nos processos de bastidores dos deslocamentos internacionais. O exemplo que inicia este artigo demonstra que determinadas questões relativas à guerra, por outro lado, extrapolam-na para contemplar demandas colocadas, por exemplo, por tropas em missões oficiais de pacificação. Permite, por isso, novos olhares sobre estes processos, ainda que, considerando a “nobreza” das Relações Internacionais, advinda da preocupação com a *high politics*, sua proposição possa parecer, para muitos, verdadeira heresia.

É importante lembrar que o tráfico se apresenta como a forma mais cruel de violência de gênero e, longe de demonstrar decadência, vem sendo reforçado com o uso da *Internet*, possibilitando lucros fabulosos, alimentados por subornos e pela indiferença das autoridades policiais que, regra geral, não estabelecem distinções entre a prostituição por opção e aquela que advém do tráfico.

² Definido como crime internacional no final dos Oitocentos, no contexto da consagração do Direito Internacional, o então “tráfico de brancas” tornou-se responsabilidade não de um país, mas de todos aqueles por ele afetados, impelidos a partilhar decisões. Não foram poucos os congressos internacionais realizados no contexto da mundialização de virada do Oitocentos para os Novecentos, desdobrados na proposição das Convenções Internacionais de 1904 e 1910. Após estas iniciativas, o tráfico tornou-se instância de atuação da Liga das Nações e, posteriormente, da ONU, demonstrando não só o alcance internacional do crime quanto sua persistência no tempo. Sobre o tema, ver MENEZES, 1992; MENEZES IN LEMOS, 2006: 50-70.

Para a Comissão da União Europeia para Assuntos Imigratórios e Tráfico de Mulheres (OIM), em 2007, este se configura como negócio muito mais rentável e menos perigoso do que o narcotráfico, pois se o segundo pode representar condenações que oscilam entre 10 e 12 anos de prisão, o primeiro corresponde a penas que, se cumpridas, não superam um ou dois anos, além de sua caracterização e comprovação ser muito mais difícil, graças à complexidade das reações que existem entre as partes envolvidas e as redes de compromissos e corrupção que são tecidas (MENEZES, in TOLENTINO et ali, 2007: 81).

Dessa forma, focar este tema, "limítrofe", como início de nossas reflexões, torna-se bom caminho para refletir sobre os silêncios que afetam as mulheres nos processos internacionais. Variados, estes silêncios podem ser analisados em diferentes prismas, abrangendo dos bastidores migratórios à boca-de-cena da "alta política".

Em termos teóricos, podemos dizer que, até meados dos anos 1980, as questões relativas ao gênero estavam ausentes das Relações Internacionais e, quando foram propostas, voltaram-se, principalmente, para a mulher e não para o feminino de forma mais abrangente. O "alheamento", no plano acadêmico, colocavam as RI em atraso com relação a outras ciências sociais, devido, principalmente, à "aceitação generalizada da distinção entre uma área convencionalmente 'masculina' da alta política, da segurança internacional e do *statecraft* e uma 'feminina'", marcada pela "domesticidade, de relações interpessoais e de localidade" (HALLIDAY, 2007: 32). Segundo este autor, "a reserva acadêmica" se dá pelo fato de que:

"(...) o terreno da prática internacional (em ministérios exteriores, ministérios de defesa e órgãos políticos relacionados) é ele próprio um domínio especial masculino, distante, inclusive, das normas prevalecentes em outros corpos de formulação de políticas (como indicado pelo número ínfimo de mulheres em ministérios exteriores ou de embaixadoras pelo mundo).

Na ideologia convencional, as mulheres não são 'preparadas' para tais responsabilidades e não se pode contar com elas em questões de segurança e crise. Nada poderia estar, parece, mais distante da esfera tradicional das preocupações das mulheres do que a segurança internacional e as outras questões globais (HALLIDAY, 2007: 163).³

A contemplação mais tardia das questões relativas à mulher em RI não significa, entretanto, que ela tenha sido uma ausente nos processos internacionais, contemplando, inclusive, sua participação no plano decisório da "alta política". Basta lembrar o papel desempenhado por mulheres como Elisabeth I da Inglaterra, para o século XVII; de Catarina I da Rússia para o século XVIII ou da rainha Vitória para o século XIX. Esta última, apesar da especialização de papéis sexuais (e de gênero) – diferenciados para homens e mulheres –, como resultado da polarização entre espaço público e privado tornou-se não só toda poderosa na Europa quanto se fez coroar imperatriz da Índia, transformando-se em ícone da dominação inglesa sobre o restante do mundo.

Impossível, entretanto, é considerar que a visibilidade dada à mulher no espaço político e de poder internacional possa ocorrer sem que esta visibilidade se dê, primeiramente, na esfera nacional. Nesse sentido, o diálogo entre projeção nacional e internacional (ou, segundo Halliday (2007: 98), entre a dimensão "doméstica" do Estado e a dimensão internacional) deve ser sempre considerado, apesar dessa relação, durante muito tempo, ter sido questionada por aqueles que tendiam a ver os processos internacionais e transnacionais como autônomos. Segundo Milza, por exemplo:

As relações entre a chamada política *interna* dos Estados e os relacionamentos que estes mantêm com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional constituem um campo de pesquisa e reflexão em que se cruzam com uma frequência cada vez maior, e com uma crescente eficácia, as abordagens, os métodos e os trabalhos

³ O autor cita como leitura sobre esta questão, CRAPOL, 1987.

provenientes de duas “escolas”, de resto nitidamente distintas na paisagem historiográfica francesa: a da história “política propriamente dita (...) e a das relações internacionais contemporâneas, à qual uma “comemoração” recente permitiu efetuar um balanço tão completo quanto possível! E isto ocorre, ao que me parece, em benefício tanto de uma quanto de outra (MILZA, in RÉMOND, 1996: 366).

Aprofundando reflexões anteriormente colocadas por Renouvin e Duroselle, Milza defende que a política interna dos Estados apresenta-se como “uma das principais chaves de explicação do jogo internacional”, até porque, segundo ele, não só os teóricos da história das relações internacionais, mas, também, pensadores como Aron e Merle “encamparam a preocupação com as relações entre o que se passava do lado de dentro e o ambiente internacional; entre as escolhas de política interna e as que se supõe ligadas aos assuntos externos”. Com base nesses pressupostos o autor questiona se existiria “uma esfera da política externa, um domínio distinto das outras categorias do político que funcionariam de maneira mais ou menos autônoma”. Segundo seu ponto de vista, a resposta variou muito com o tempo, tanto em função “da teoria política como das mudanças ocorridas no sistema e na prática diplomáticos” (MILZA, in RÉMOND, 1996: 367). Para ele, em última instância, o que não deve ser perdido de vista é o fato de que

(...) a estanqueidade das barreiras entre o interior e o exterior – por menos que essas noções ainda tenham um sentido no momento atual – não é a mesma numa democracia parlamentar e pluralista, sujeita às flutuações do sentimento público, e num Estado autoritário ou totalitário. (MILZA, in RÉMOND, 1996: 366).

Por outro lado, o autor se utiliza das palavras de Vernant, para concluir que:

Enquanto a sociedade internacional for composta de Estados cuja característica essencial continuar sendo a soberania, a relação entre a política interna e a externa poderá ser esquematizada como a relação entre o dentro e o fora (VERNANT, 1969, apud MILZA, 1996: 367).

Longe, portanto, já nos encontramos de uma época no qual o Realismo negava a importância das estruturas internas para o estabelecimento de análises no campo das Relações Internacionais. Para Halliday (2007: 153), as revoluções teriam sido as responsáveis por derrubar essa crença.

Considerando-se, portanto, uma perspectiva de análise que contempla o interno como base para dirigir o olhar para o externo e/ou o internacional, passamos a mapear as formas e os caminhos pelos quais a mulher adentrou, no século XX, espaços de poder que a ela estavam antes interditados ou, pelo menos, dificultados, possibilitando que a visibilidade interna projetasse sua atuação na arena internacional. Na impossibilidade de mapear as diferentes situações existentes pelo mundo, colocamos o foco no Brasil, projetando um olhar mais ampliado em determinados momentos nessa proposta de mapeamento.

Mulheres na Política brasileira - 2015			
	Nº de Mulheres	Total Geral	Percentual
Prefeituras	663	5565	12%
Governos Estaduais	01	27	3,7%
Câmara dos Deputados	51	513	9.9%
Senado Federal	11	81	13,6%
Supremo Tribunal Federal	02	11	18,18%
Presidência da República	01	01	100%

A primeira mulher a governar uma cidade foi Luiza Alzira Teixeira Soriano. Eleita em 1928 para a cidade de Lages (Rio Grande do Norte), tomou posse em 1º de janeiro de 1929, tornando-se não só a primeira prefeita brasileira quanto a primeira da América Latina. A prefeitura de uma capital (Fortaleza), porém, só seria ocupada por uma mulher - Maria Luiza Fontenelle - 57 anos depois (1985).

No nível do governo estadual, a pioneira foi Iolanda Fleming, que assumiu o cargo de Governadora do Acre após o afastamento do titular, em 1983.

Em 2011, finalmente, após 122 anos de República, Dilma Rousseff tornou-se a primeira Presidente/a do Brasil, em um contexto no qual várias outras mulheres já se destacavam no cenário mundial.

No tocante ao Poder Legislativo, a primeira deputada eleita, foi Suely de Oliveira, que assumiu representação do Rio Grande do Sul no ano de 1932. Sua ascensão, porém, se deu em um momento no qual ainda havia restrições e obstáculos às candidaturas, com a necessidade, por exemplo, da permissão do marido para as mulheres casadas e de comprovação de renda própria no caso das solteiras e viúvas. Somente com a constituição de 1934 essas restrições foram eliminadas, possibilitando a eleição de Carlota Pereira de Queiroz por São Paulo.

Para o Senado, a primeira mulher eleita foi Eunice Michilis, que assumiu o posto no ano de 1979, quando passou a ocupar a titularidade com a morte do senador João Bosco, da Arena.

Observe-se que a luta pela participação política das mulheres foi posta no cenário político do país desde os momentos iniciais da República e a reversão das proibições imposta pela Constituição de 1891, inclusive o direito ao voto, só foi possível com a mobilização feminina, desde as reivindicações das sufragistas - anarquistas em sua maioria⁴ -, passando pela Liga de Emancipação Feminina, formada, dentre outras, por Bertha Lutz e Carmem Portinho.

⁴ Por ocasião da fundação de um efêmero Partido Comunista em 1919 (formado por anarquistas-comunistas), houve o surgimento de ligas femininas no interior do espaço partidário, havendo notícias, por exemplo, da existência da Liga feminina do Partido Comunista de Barra Mansa (1919). Cf. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ7 138, processo de Adolpho Alonso. Para maiores leituras sobre o tema, ver MENEZES, 1996.

A ampliação do foco do Brasil para o resto do mundo, considerando o mesmo ano de 2015, demonstra que apenas 19 mulheres eram, nesse ano, Chefes de Estado, incluindo Presidentes da República e Primeiros Ministros. Além do Brasil, contavam-se dirigentes da Alemanha, Argentina, Bangladesh, Chile, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Escócia, Jamaica, Kosovo, Letônia, Libéria, Lituânia, Malta, Noruega, Polônia, Rep. Centro-Africana e Trinidad-Tobago.

Na Magistratura, a ascensão feminina foi mais lenta, pois, até a década de 1970, as mulheres estavam proibidas de entrar neste espaço profissional de poder. O crescimento no número de juízas de primeira instância, porém, já pode ser observado nos últimos concursos. A lentidão que caracterizou essa mudança está expressa, no fato de, apenas no ano 2000, uma mulher – Ellen Gracie – ter se tornada Ministra do STF.

Com relação às Forças Armadas, somente a partir de 2012 foram ampliados os direitos de ingresso de mulheres no Exército, na Marinha e na Aeronáutica,⁵ datando de 2015 a nomeação das primeiras mulheres para altos postos da hierarquia militar, sendo de se observar, nesse caso, a associação das possibilidades de promoção com a área da Saúde, onde as mulheres primeiramente foram aceitas.

Um aspecto decisivo – nem sempre explícito – em todo esse processo de inclusão foi a discussão sobre o direito de posse de armas pelas mulheres e sua participação na tropa, com análises que recuperavam a ideia da fragilidade natural da mulher e de sua não vocação para a violência e para a guerra. Essa é uma discussão não superada, considerando-se a existência ou não de “vocações naturais” e de posturas diferenciadas, com relação à guerra ou a paz, entre homens e mulheres. No caso da Marinha, o foco principal das discussões era a presença da mulher no interior dos navios, reproduzindo, em parte, justificativas utilizadas com relação à carreira diplomática, devido a uma pretensa incompatibilidade entre os deslocamentos impostos pela carreira e as funções de mãe e esposa, com a obrigatoriedade secular da mulher acompanhar o marido.

⁵ Datou deste ano (Segundo governo Dilma Rousseff) a possibilidade delas terem garantido o direito de ingresso na Escola de Cadetes, na Academia Militar e na tropa regular, mas foi estabelecido o prazo de cinco anos para o exercício pleno desse direito.

A primeira admissão de uma mulher – Maria José de Castro – na carreira diplomática deu-se em concurso realizado no ano de 1918.⁶ Essa admissão, porém, foi contestada pelas autoridades, sendo os direitos de Maria José, neste alvorecer republicano, defendidos por Rui Barbosa. Entre 1919 e 1938, outras 19 mulheres ingressaram na carreira, embora nenhuma delas tenha ascendido aos postos mais altos da hierarquia diplomática. Essa possibilidade de inclusão, porém, foi abortada pelo Estado Novo (1937-1945), no contexto dos fascismos que se instalaram pelo mundo, que glorificavam, por um lado, a força e a virilidade masculinas e, por outro, a maternidade da mulher e seu papel fundamental para o engrandecimento do Estado, que tornava seu útero o útero da pátria, capaz de gerar novos e saudáveis soldados.

Um decreto, datado do ano de 1938, estabeleceu a carreira diplomática como exclusiva dos homens, o que deixou as mulheres fora desse espaço profissional e de poder por 15 anos. Apenas em 1953, outra mulher pode entrar na carreira diplomática, mesmo assim através de ação judicial. A luta por seus direitos, porém, possibilitou, que, no ano seguinte (1954), finalmente, o concurso fosse aberto para todos, sem distinção de gênero, o que possibilitou que, nos dias de hoje, a presença das mulheres na carreira diplomática gire em torno dos 25%.

Segundo Balbino (2007), diplomata de carreira, porém, o ingresso não significou a quebra das barreiras para a ascensão profissional, apesar do estabelecimento da prática do Itamarati incluir, pelo menos, uma mulher na promoção a Ministro de Primeira Classe (Embaixador).⁷

⁶ Deve ser observado que, neste momento, o concurso era diretamente pelo Ministério das Relações Exteriores, pois o Instituto Rio Branco, responsável pela formação dos diplomatas, só foi criado em 1945, iniciando seu funcionamento em 1946.

⁷ A carreira está constituída por Terceiro/a Secretário/a; Segundo/a Secretário/a; Primeiro/a Secretário/a; Conselheiro/a; Ministro/a de Segunda Classe; Ministro/a de Primeira Classe. À medida que ocorre a ascensão, a tendência é a de diminuição no número de mulheres. Em agosto de 2005, segundo Balbino, havia 42 mulheres como Terceira Secretária (20,38%) e 10 como Ministra de Primeira Classe (6,8%). Cf. BALBINO, 2007, p. 65.

Segundo a autora, nos processos de promoção na carreira observam-se exigências visivelmente diferentes para homens e mulheres. Enquanto a avaliação dos homens, regra geral, “versa sobre resultados atingidos” no desempenho de suas funções, as mulheres tendem a ser avaliadas “por traços de personalidade” (BALBINO, 2007: 63). Quando elas são entrevistadas com vistas à promoção, por exemplo, costumam ser questionadas “ora sobre sua feminilidade, ora sobre sua competência, dando a entender que essas duas características permanecem no imaginário coletivo como mutuamente excludentes” (BALBINO, 2007: 64). Nesse caso, a sexualização nos procedimentos mostra-se extremamente negativa para as mulheres.

A mesma tendência verificada por Balbino com relação ao Brasil encontra paralelo no interior do *Foreign Service* dos Estados Unidos. Nesse caso, as avaliações com vista à progressão na carreira também estariam pautadas por critérios diferenciados conforme o sexo envolvido, conforme é demonstrado por Ann Morin, com base na análise de 15 mulheres que serviram como embaixadoras do país (MORIN, 1990: 276).

A desproporção em termos de possibilidades de ascensão na carreira, verificada no Brasil, repetir-se-ia em outros países sul-americanos, como a Argentina, sendo de destacar, por outro lado, a existência de maior representação de mulheres no Paraguai (37,4%) e na Bolívia (41,6%). Ampliando o olhar para o resto do mundo, Balbino observa, ainda, que, até os anos 1970, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos a carreira era prejudicada pela proibição das mulheres casadas assumirem determinados postos, com destaque para aqueles em que o deslocamento para fora do país era necessário (BALBINO, 2007: 65-67).

Para além da contestação empírica dada pelos números acima indicados, questões relativas a determinados processos culturais e representacionais impactavam e continuam a impactar os avanços em termos de uma maior participação - e esses processos não estão ausentes das Relações Internacionais. Pode ser dito, inclusive, que, no caso das RI, eles tendem mesmo a ser superdimensionados, à medida que questões relativas à “alta política” ganham centralidade.

A contemplação da mulher nas teorias das Relações Internacionais, em uma outra perspectiva de abordagem do tema aqui proposto, inseriu-se no marco do chamado “terceiro debate”.

Ao contestar o paradigma da centralidade do Estado que caracterizou o primeiro debate, marcado pela contraposição entre realismo e idealismo, e as contestações trazidas pelo estruturalismo (“segundo debate”), o “terceiro debate” permitiu o surgimento de novas preocupações, novos temas, novos olhares e novas perspectivas em RI, fazendo emergir questões ligadas à entrada da mulher, como novo ator, na política internacional ou objeto de preocupações transnacionais, principalmente com relação à violência e à defesa dos direitos humanos.

Em encontro intitulado *Ideias e cultura nas Relações Internacionais*, proposto e realizado pela Pós-graduação em Relações Internacionais da UNESP de Marília, no ano de 2005, Lídia Possas, organizadora do evento, ao coordenar mesa sobre “gênero e relações internacionais”, assim sintetizou a mudança ocorrida no alvorecer do século XXI:

(...) o marco fundador do feminismo nas RI pode ser instalado no ano de 1988, quando da publicação de um número da revista *Millenium* (2005), que discutiu o tema.

Autoras como Ticker (2001), Elshtain (1997), Youngs (1999), Sylvester (2000), dentre outras, passaram [então] a ser conhecidas como defensoras das teorias feministas das Relações Internacionais, enfatizando, cada uma delas, distintas formas de crítica, que tem em seu bojo a categoria “gênero” como base de análise. (POSSAS, 2007).

Para Ticker, em especial (2001: 68), “a estruturação do campo das Relações Internacionais [manteve-se] distante do cotidiano e da linguagem da mulher” e a mudança com relação a este fato era muito recente.

Considerando-se o campo da História, entretanto, podemos observar que as discussões sobre o papel da mulher e os estudos de gênero aconteceram bem antes da virada do milênio, por volta dos anos de 1970, como desdobramento do movimento feminista. Nas décadas que se seguiram, esses estudos ganharam força, com a consagração da História Social e a proposição de estudos específicos como prostituição e participação feminina no mercado de trabalho,

para, logo a seguir, serem desenvolvidas discussões sobre o processo de inserção - ou da reinserção - da mulher no espaço público, considerando-se os recuos do século XIX.

Michelle Perrot, por exemplo, publicou seus primeiros trabalhos na França de 1973, quando ministrou curso intitulado: "As mulheres têm uma História?", na Universidade Paris VII. Seguiram-se vários artigos que dirigiam o olhar para os excluídos, onde estavam incluídas as mulheres, reunidos por Stella Bresciani e publicado, no Brasil, com o título *Os Excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros* (1988).

No que tange à enunciação do gênero como categoria de análise, os trabalhos referenciais foram, inicialmente, os de Ann Oakley, no campo da Sociologia: *Sex Gender and Society* (1972) e *The Sociology of Housework* (1974) e, no campo da História, o mais conhecido, de autoria de Joan Scott: *Gender: a Useful Category of Historical Analyses* (1989).

Quando, afinal, Perrot se pergunta: "Silenciosas, as mulheres?", ela constata que o momento por ela vivido estava marcado pela "irresistível ascensão da mulher", com suas vozes estavam sendo ouvidas por toda parte. Ou melhor: a presença feminina estava tendo visibilidade em lugares antes a ela interditados; uma inovação, sem dúvida alguma, da última metade do século XX. Relativizando, porém, essa visibilidade, a mesma autora diria que ainda existia um "oceano de silêncio" sobre a presença da mulher na História, detectando a existência de "zonas mudas" a atestar processos não superados. Daí, apesar dos avanços existentes, a mulher permanecer, segundo ela, sendo "mais imaginada e representada do que descrita objetivamente" PERROT, 1998:

Passados dezoito anos desde que essas palavras foram publicadas, elas permanecem válidas. Ainda que consideremos que houve significativos avanços, principalmente a partir da virada do milênio, muitas "zonas de sombra" e "nebulosas" impostas por representações - algumas míticas - permanecem dado lentidão ao processo de mudanças: na História e nas demais Ciências Sociais, incluindo, principalmente, as Relações Internacionais.

Para Possas, já citada, no tocante às RI, nas contribuições dadas pelas pioneiras da década dos 1990, aparece sempre ressaltada a questão de ser desnaturalizada a questão da "neutralidade de gênero" nas análises. Em parte já superada, no momento em que elas inovavam o foco dos processos e do poder em termos internacionais, pela História e pela Sociologia.

Elas [Ticker, Elshtain, Youngs e Sylvester] demonstraram que a aparente 'neutralidade de gênero' oculta o princípio de que a política, no caso, a política internacional, é o local "apropriado" para os homens (Sylvester, 2000) e defenderam o uso da categoria, evidenciando nas RI a presença de discursos que eram resultado de condicionamentos misóginos e transformados em barreiras à atuação feminina, tanto na elaboração teórica quanto na prática política (POSSAS, 2007:58).

O que se colocava em questão para autoras como Sylvester, então, era a necessidade de revisão da "matriz" pela qual eram pensadas as relações de poder, quer nas Ciências Humanas, em geral, quer, especificamente, no campo das Relações Internacionais, onde questões relativas à "alta política" permaneciam tendo centralidade, com a presença do estereótipo de que as mulheres não possuíam os atributos necessários a sua condução.

Vários autores, incluído Halliday explicam a lentidão na mudança a partir de duas questões principais. A primeira, a existência de uma espécie de "imobilismo", que acarreta que alguns processos de mudança- mais ágeis em outras ciências sociais – demoram a impactar as Relações Internacionais. Nesse sentido, haveria a dificuldade dos estudiosos do campo admitirem processos colocados para além das questões relacionadas diretamente às questões de Estado, vistas, regra geral, como espaço masculino, expresso em uma linguagem que projeta a competição e a decisão nos processos de tomada de decisão. O segundo fator que poderia ser apontado é a intercorrência de processos políticos internos, que não passam pelo filtro da consideração de que teriam importância para comporem a pauta da "macro-política internacional", marcada, tradicionalmente, pelo peso da alta diplomacia e pelas grandes manobras políticas das chancelarias.

Os distanciamentos existentes – na prática e na teoria – entre homens e mulheres – e entre o feminino e o masculino – na arena internacional explicariam, em última instância, a dificuldade de enxergar a importância da atuação das mulheres como novos "atores" no nível da política e, principalmente, no nível da *high politics*. Como nos lembra Perrot, com relação à História, mas passível de aplicação em outros campos do conhecimento:

Les femmes sont imaginées beaucoup plus que décrites ou racontées, et faire leur histoire, c'est d'abord, inévitablement, se heurter à ce bloc de représentations qui les recouvrent et qu'il faut nécessairement analyser (...) (PERROT, 1998, III).⁸ (...) ce silence, imposé par l'ordre symbolique, n'est pas seulement celui de la parole, mais aussi celui de l'expression, gestuelle ou scripturaire (...) l'impossibilité de parler d'elle finissant par abolir son être même, ou du moins ce qu'on en peut savoir. (PERROT, 1998, II).⁹

Nessas representações, racionalidade, força, virilidade e competitividade são estão contempladas como atributos femininos. Tendo em vista que são eles que, em última instância, que caracterizam a "alta política", sua "ausência", nas mulheres, apartam-nas das Relações Internacionais. Por outro lado, a exigência desses atributos - como demonstram alguns exemplos - impeliram mulheres que assumiram um alto poder, nos séculos XX e XXI, a assumir representações masculinas, como forma de serem aceitas em um mundo considerado "não feminino". O exemplo dado por Margareth Thatcher - "a dama de ferro" -, nesse contexto, foi e continua sendo emblemático.

Considerando-se as fronteiras que apartam os mundos masculino e feminino, é possível dizer, a partir da afirmativa de Girault que as Relações Internacionais vivem de mitos que, para além dos mitos políticos aos quais se refere o autor, poderosos mitos de gênero desdobram-se no processo de "esquecimento", ocultamento ou silenciamento da mulher e do feminino nas relações entre os Estados e entre as Nações, excluindo-as, também, do campo acadêmico no campo de saber que contempla essas relações.¹⁰

⁸ As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou narradas e, fazer sua história, implica, inevitavelmente, nos defrontarmos com o conjunto das representações que as encobre e que devemos, necessariamente, analisar.

⁹ (...) este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente aquele da palavra, mas também o da expressão, gestual ou escrito (...) a impossibilidade de falar dela acaba por abolir ela própria, ou, pelo menos, o que dela podemos saber.

¹⁰ Observe-se que o poder dos mitos e das representações também é analisado por Halliday, para quem: "No internacional, como em mais nenhum outro campo da ampla atividade humana, o mítico e o imaginário desempenham um papel central no discurso cotidiano". Cf. HALLIDAY, 2007: 30).

Desdobrados em inúmeras representações - mentais e culturais - mitos sobre o masculino e o feminino explicam, por tanto tempo, a exclusão da mulher de determinados espaços de poder ou, esmo, como objeto de reflexões nos diferentes campos do saber, cabendo ao feminismo a transposição do tema para o meio acadêmico, com ciências que abraçariam com maior ou menor rapidez o tema.

Na História, enquanto campo específico de conhecimento, a "cegueira" sobre a mulher fica objetivada quando lembramos que a verdadeira revolução propiciada pelos *Analles*, no Entre Guerras, que veio possibilitar, inclusive, o surgimento da História das Relações Internacionais, não contemplou as mulheres como foco de análise. É mesmo possível dizer que a História das Relações Internacionais, no conjunto dos outros campos de conhecimento histórico, manteve essa ausência, pelo menos, até o final do século XX, até porque era ela dominada pela História Diplomática.

O primeiro sinal de que algumas mudanças passavam a ocorrer ao terminar o século XX ganhou visibilidade no Congresso de Ciências Históricas, realizado na cidade de Oslo, no ano de 2000, como resultado de dois movimentos importantes. O primeiro deles, as novas abordagens que, em tempos de pós-modernidade, afetavam a História, com a chamada História das Mentalidades evoluindo para uma nova História Cultural, na qual as representações tornavam-se o foco principal. História das Mentalidades desdobrando-se em História Cultural nos anos 1980 segundo, as repercussões do chamado "terceiro debate" em RI e a contestação à perspectiva estatocêntrica do campo de conhecimento, abrindo inúmeras outras novas possibilidades de abordagem. A título de lembrança, deve ser lembrado que o livro de Chartier, sobre História Cultural data de 1988 e o de Halliday, com a proposição de um repensar sobre as Relações Internacionais, data de 1994.

No referido congresso, dois simpósios foram propostos no interior do Comitê de História das Relações Internacionais. Um deles voltou-se para o campo tradicional da História Diplomática; o outro contemplou as imagens do "outro" ao longo dos séculos, proposto e coordenado por Robert Frank, então diretor do Instituto Pierre Renouvin.¹¹ Neste último, apesar dos avanços ocorridos, as mulheres

¹¹ Os trabalhos apresentado neste simpósio foram, posteriormente, reunidos em livro. CF. MENEZES, Lená Medeiros de. "Les portugais em tant que représentation de l'immobilisme dans la modernisation républicaine". In: BENZONI, Marie Matilde; FRANK, Robert; PIZETTI, Silvia Marie (org.). *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2008. p. 271-280.

como objeto de análise não se fizeram presentes. Nenhum dos trabalhos inscritos - incluindo o meu próprio - priorizou a mulher ou questões relativas ao gênero nos processos de construção das imagens sobre o "outro", demonstrando a permanência de "zonas mudas" a possibilitar o velho jogo de luzes e sombras.

É importante destacar, entretanto, que, como ocorre com toda e qualquer prática social - incluídos os que se desenvolvem no interior da Academia - também os processos internacionais possuem "efeitos de gênero: dos militares e econômicos aos da formação e difusão de imagens sobre as mulheres."¹²

Com relação à guerra, bem sabemos que as ações a ela inerentes não são, de forma alguma, "neutras em gênero". Pelo contrário, múltiplas são suas consequências sobre as mulheres: das manifestações de repúdio aos combates e em prol da paz, à perda dos filhos (com sua dor desdobrando-se, por vezes, em atos extremados de contestação), e a estupro individuais ou coletivos nas zonas em conflito: demonstrações inequívocas da demonstração da virilidade e do poder dos vencedores.¹³

Como nos lembra autores como Halliday:

As mulheres também são as principais vítimas da guerra, não somente como 'civis' sem gênero, mas como objetos de estupro. As guerras na ex-Iugoslávia, que começaram em 1991, chamaram especial atenção para o papel do estupro, como um símbolo de subjugação e humilhação, um meio de propagar a raça superior e um tema para mobilizar a fúria étnica. O estupro tem sido recorrente nas guerras modernas como efeito secundário e como instrumento de política: a história da guerra mundial como um conflito de gênero, indo do "estupro" japonês (em ambos os sentidos) de Nanking em 1937 até a legitimação do estupro pelo Exército Vermelho quando avançava para o oeste, ainda permanece para ser escrita (HALLIDAY, 2007: 168).

¹² Halliday, 1999, p. 164.

¹³ MENEZES, p. 9

Para além do estupro, como já visto, por vezes, o tráfico com vistas à prostituição, completa este processo de submissão e humilhação, prolongado, para além dos tempos de guerra. Estuprar as mulheres do campo inimigo ou traficá-las, como simples mercadoria, representa, muitas vezes, a reafirmação da superioridade e do poder dos vencedores (inevitavelmente no masculino) ou mesmo, aproximações espúrias entre antigos inimigos, onde não falta a interveniência de atores estatais.

Nesse sentido, a Guerra na Bósnia, é um triste testemunho das relações íntimas entre guerra, estupro e tráfico.

Em dezembro de 1995, após quarenta e dois meses de guerra contra as forças sérvias, cinquenta mil soldados das forças de paz da OTAN entraram na Bósnia-Herzegovia para restaurar a ordem pública. Capturaram uns quantos combatentes sérvios, os acusaram de violação e foram enviados à Haya para serem julgados por crimes de guerra. Porém, durante o período de paz que se seguiu, centenas de mulheres e meninas – sequestradas na Europa de leste e obrigadas a trabalhar como escravas sexuais nos bares e bordeis dispersos pelo território bósnio montanhoso – se converteram em locais legítimos para milhares de soldados em missão de paz e para os trabalhadores das organizações de ajuda internacional que chegaram, em avalanches, àquela região. Uma repugnante ironia. **Em tempos de guerra, a violação de mulheres e meninas inocentes por parte dos soldados é considerada como um desprezível crime de guerra. Em tempos de paz, é outra história** (MALLARECK, 2005: 177-8. Grifos nossos).

Para além dos casos extremos das guerras, podem ser lembrados os estereótipos lançados à mulher e ao seu papel na sociedade, com destaque para aqueles relacionados com a maternidade. O papel reprodutivo da mulher, não raras vezes, foi associado à grandeza nacional. Para Salleby, citado por Halliday, por exemplo, em algumas conjunturas históricas, “a história das nações [seria] determinada não no campo de batalha, mas no berçário”, sendo os batalhões responsáveis pela vitória final aqueles formados

pelos “bebês”, subjugando a mulher aos papéis tradicionais restritos ao espaço do lar. Tendo Salleby por referência, Halliday demonstra que a política de natalidade seguida por alguns Estados, em determinados momentos de suas histórias, esteve “sedimentada em cristalizações mentais de longa duração”, projetando o útero das mulheres como prospecção de grandeza futura, o que pode “ser aplicada tanto à Inglaterra e França imperialistas do século XIX quanto, posteriormente, à Alemanha nazista ou à Itália fascista” (Halliday, 2007: 164).

As violências cometidas contra as mulheres, muitas delas pautadas por representações discriminatórias e poderosos estereótipos, remetem a um tema mais amplo, que cada vez mais se vem impondo como pauta aos organismos internacionais: o dos direitos humanos. O tema vem ganhando relevância tanto por conta dos processos massivos de deslocamentos, com a questão do refúgio ganhando foros de drama transnacional quanto pelas inúmeras ressignificações do trabalho escravo imposto, principalmente, a mulheres e crianças, ainda que os homens não estejam ausentes do processo. Nesse sentido um destaque especial deve ser dado aos vários órgãos criados no âmbito de instituições internacionais como a ONU, a OEA, além de organizações não-governamentais.

Segundo palavras de Françoise Gaspard, a projeção do feminino, em todos os setores do social, conduziu a comunidade internacional a levar em consideração a sorte das mulheres no mundo, expressa em vários protocolos, declarações e convenções propostos por organismos internacionais, dentre os quais têm destaque:

- A Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948);

- A Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (1950);

- A Convenção nº 100 da OIT relativa à igualdade de remuneração da mão-de-obra masculina e feminina por trabalho de igual valor (1951);

- A Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953);

- A Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão (1958);

- A Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969).

- **A I Conferência Mundial sobre a Mulher – Estabelecimento da década de 1975-1985** como “Década da Mulher”. Na ocasião, o ano de 1975 foi declarado “Ano Internacional da Mulher” **(Cidade do México, 1975)**;

- A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979);

- **A II Conferência Mundial sobre a Mulher - Conversão do** Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher em organismo autônomo no sistema das Nações Unidas **(Copenhague, 1980)**;

- **A II Conferência Mundial Sobre a Mulher - O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM (Nairóbi, 1985).**

- **A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994).**

- a Declaração de Beijing, adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995);

- o Estatuto do Tribunal Penal Internacional que define os crimes internacionais de escravidão sexual e de prostituição forçada como crimes de guerra e contra a humanidade (1998);

- O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Palermo, 2000);

- **A Declaração do Milênio (2000) – Estabelecimento das Oito Metas do Milênio**, dentre elas: promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; melhoria da saúde materna; combate ao HIV/Aids, a malária e outras doenças;

Considerando-se as duas dimensões de análise aqui tratadas, é importante lembrar que, não só a ação diplomática tornou-se mais sensível no tocante aos direitos humanos - e aos direitos da mulher -, quanto a mulher vem adentrando espaços consagrados como masculinos, ao ponto de, nos dias de hoje (segundo semestre de 2016) haver quatro candidaturas femininas ao posto de Secretário/a Geral da ONU.

Os avanços mais decisivos, porém, só serão possíveis quando determinados mitos que pesam sobre a mulher e o feminino forem expostos e desnaturalizados, possibilitando que representações como a da Eva pecadora da tradição judaico-cristã ou da mulher naturalmente submissa, dócil e receptáculo da emoção, bem como as crenças nas desigualdades biológicas limitadoras da ação feminina e do caráter masculino do poder e da esfera pública se tornem expressões do passado. Como “nebulosas mentais”, representações como estas impõem imobilismos ou, como foi apontado pelo historiador Fernand Braudel, arrastam-se no tempo, posicionando-se nas “fronteiras do móvel e do imóvel” (BRAUDEL, 1977).

NOTAS E REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand (1977), *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

CHARTIER, Roger (1988), *História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora.

ELSHTAIN, Jean Bethke (1999), *Public Man, Private Woman*. Princeton: Princeton University Press, 1993; YOUNGS, Gillian. *International Relations in a Global Age: a Conceptual Challenge*. Cambridge: Polity Press.

HALLIDAY, Fred (2007), *Repensando as relações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS editora.

MALARECK, Victor (2005), *Las Natashas tristes*. Esclavas sexuales del siglo XXI. Madrid: Kailas.

MENEZES, Lená M. de (1992), Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2.

MENEZES, Lená M. de (1996), *Os Indesejáveis*. Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ.

MENEZES, Lená M. de (2006), Violência de gênero: o tráfico de mulheres como estudo de caso. In: LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes (org.). *Religião, violência e exclusão*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

MENEZES, Lená M. de (2008), Les portugais em tant que représentation de l'immobilisme dans la modernisation républicaine. In: BENZONI, Marie Matilde; FRANK, Robert; PIZETTI, Silvia Marie (org.), *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 271-280.

MORIN, Ann M. (1990), *Her Excellency: na Oral History of American Women Ambassadors*. New York: Twayne Publishers.

PERROT, Michelle (1988), *Os Excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros* (Seleção de textos de Stella Bresciani). São Paulo: Paz e Terra.
PERROT, Michelle (1998), *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs /Flammarion.

TOLENTINO, Célia; POSSAS, Lídia M. Vianna; CORREIA, Rodrigo Alves (orgs) (2007), *Ideias e cultura nas Relações Internacionais*. Marília: Oficina Universitária.

SYLVESTER, Christine (2000), *Feminist. Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press.

TICKER, Ann (2001), *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press.

VERNAT, Jacques (1969), Les conditionnements internes de la politique étrangère. In: HAMON, Léo, *L'élaboration de la politique étrangère*, Paris: PUF.

MILZA, Pierre (1996), Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1996, p. 365-399.